


**MATRONAS NA ÁFRICA ROMANA:
ESTRATÉGIAS FAMILIARES E AGÊNCIA POLÍTICA
FEMININA NA APOLOGIA DE APULEIO E NAS
INSCRIÇÕES EPIGRÁFICAS DAS CIDADES DA
TRIPOLITÂNIA (SÉCULOS I-II D.C.)**BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO* 
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO – BRASIL**RESUMO**

Em consonância com as evidências de agência feminina nas esferas pública e política em Roma, pretendemos, neste artigo, investigar a atuação de distintas matronas nas cidades norte-africanas de Oea, Sabrata e Lepcis Magna, urbes associadas ao Império Romano em meados do século I a.C. Defendemos, aqui, que tais mulheres tiveram uma destacada participação nas estratégias de ascensão social de suas famílias às ordens de elite da sociedade romana. Como demonstrado pela documentação literária e por algumas inscrições epigráficas, as ricas matronas locais atuaram como personagens fulcrais no processo de elevação de suas gentes ao ordo equester e senatorius, quer por meio de alianças matrimoniais diversas, quer por intermédio do evergetismo e de relações privilegiadas com distintos membros do estamento dirigente romano, tais como imperadores e procônsules.

Palavras-chave: África romana; Matronas; Apologia; Inscriptions of Roman Tripolitania.

ABSTRACT

In line with the evidence of female agency in the public and political spheres in Rome, we intend, in this article, to investigate the performance of different matrons in the North African cities of Oea, Sabrata and Lepcis Magna, urbes associated with the Roman Empire at the middle of the 1st century BC. We defend, here, that such women had a prominent participation in families strategies of social ascension to orders of the elite in Roman society. As evidenced by literary and by some epigraphic inscriptions, the rich matrons acted in the process of ascension her people, either by some diverse matrimonial alliances or by evergetism and relationships with important members of the Roman ruling estate, such as emperors and proconsuls.

Keywords: Roman Africa; Matrons; Apologia; Inscriptions of Roman Tripolitania.

* Doutor em História (UFES). Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Associado ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (LEIR/ES). Atua, também, como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes, ocupando o cargo de Coordenador do Programa pelo biênio 2019/2021 e 2021/2023. E-mail: belchior.monteiro@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Até meados do século XX, a ação histórica das mulheres ainda era pouco problematizada.¹ Nas palavras de Perrot e Duby,² eram invisíveis na História. Apesar das críticas protagonizadas por autores como Lucien Febvre e Marc Bloch a uma historiografia de matriz positivista e metódica, que oferecia pouco ou nenhum espaço às mulheres, a revolução historiográfica levada a cabo pela intitulada *Escola dos Annales*, abrindo a disciplina a novas metodologias de trabalho, a fontes e abordagens diversificadas, num diálogo interdisciplinar constante e produtor, não incrementou o interesse por historicizá-las. Em grande medida, os estudos femininos se mantiveram em segundo plano nas duas primeiras gerações de *annalistas*,³ que preferiram dar maior ênfase às questões atinentes às estruturas e conjunturas econômicas e sociais, relegando os estudos das relações sexuais ao “porão da História”.⁴

Somente a partir das décadas de 1960 e 1970, a História das Mulheres estruturou-se como campo de investigação reconhecido. Neste período, juntamente com o maior ingresso de mulheres nas Universidades, reforça-se, sobretudo nos Estados Unidos, Inglaterra e França, as reivindicações feministas no bojo dos diversos movimentos que se organizaram contra as desigualdades sociais e as diferenças de cunho sexual. Nesse ambiente, tornaram-se frequentes as discussões que enfatizavam as desigualdades entre homens e mulheres, incluindo-se a própria exclusão feminina da análise histórica. Colocou-se em debate o papel das mulheres na História, na busca por compreender como foram construídas as diferenças instituídas entre os sexos e as relações de poder estabelecidas entre eles nos mais diversos tempos e espaços históricos.⁵

¹ Para uma indicação precisa das mais antigas produções historiográficas elaboradas por mulheres, num arco cronológico compreendido entre 1791 e 1948, vide PERROT, M. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 18-19.

² DUBY, G.; PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres*: Antiguidade. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 7-18.

³ Seguimos, neste artigo, a divisão proposta por Burke e Barros (2012) para as distintas fases ou gerações da *Escola dos Annales*. Segundo esses autores, as gerações se sucederam da seguinte forma: entre as décadas de 1930 a 1950, os *annalistas* estiveram sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre; dos anos 1950 a 1960, consolidou-se a liderança de Fernand Braudel e Ernest Labrousse; e da década de 1970 em diante observou-se a emergência da terceira geração dos *Annales*, também denominada de *Nouvelle Histoire*. BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997; BARROS, J. D. A. *Teoria da história: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012.

⁴ BURKE, 1997, p. 23-78.

⁵ FEITOSA, L. C. Masculino e feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 203-204.

Concomitantemente a este renovado interesse pela História das Mulheres, vê-se surgir uma gama de inovações e de rupturas epistemológicas que sinaliza um novo rumo aos estudos acadêmicos contemporâneos. Autores como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu criticaram os grandes paradigmas hegemônicos – sobretudo, marxista e estruturalista – e lançaram um novo olhar sobre as práticas cotidianas, trazendo à tona formas originais de compreensão das realidades sociais. A História aproxima-se cada vez mais da Antropologia, da Linguística e da Sociologia, fenômeno que suscita o desenvolvimento de uma Nova História Cultural e Política, preocupadas com as representações, as identidades e as relações de poder protagonizadas por grupos e/ou indivíduos. Ademais, na esteira da denominada terceira geração dos *Annales* e da História Social inglesa, uma série de objetos de investigação e de grupos antes “invisíveis” na História se apresentam como dignos de historicização, dentre eles as mulheres se tornam tema privilegiado de pesquisa, colocando em voga a própria dimensão sexuada das diferentes sociedades pretéritas.⁶

Neste momento, uma considerável historiografia emerge sob a rubrica da História das Mulheres, constituindo um campo bastante diversificado em termos de objetos de investigação. Na tarefa de reescrever a História, levando-se as mulheres em consideração, ganha-se destaque as biografias de mulheres ilustres e comuns, as evidências da participação feminina nos acontecimentos históricos e na vida pública, assim como a valorização da dimensão política da vida privada, esfera privilegiada, mas não única, da *female agency*.⁷ Apesar de sua difusão, em meados da década de 1980, uma nova inflexão conceitual tomou de assalto a História das Mulheres, demonstrando suas aporias teórico-metodológicas. Sem dúvida, a historiografia já havia avançado de modo considerável no mapeamento dos diferentes tipos de mulheres no passado, descrevendo a sua participação histórica em períodos os mais diversos. Entretanto, os estudos até aquele momento consideravam as “mulheres” como uma categoria social fixa e a-histórica – eram pessoas biologicamente femininas que se moviam dentro de vários contextos e papéis históricos, sem que sua essência se alterasse significativamente.⁸ Desse modo, era mister repensar teoricamente as relações sexuais, dando vazão ao gênero como uma categoria

⁶ BURKE, P. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁷ PINSKY, C. B. Estudos de gênero e História Social. *Estudos feministas*, n. 17, 2009, p. 160-161.

⁸ SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 84; PINSKY, 2009, p. 161-162

essencial para se compreender historicamente as mulheres – e, por consequência, os próprios homens. A partir das concepções de Joan Scott,⁹ sistematizadas no artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, o termo passou a ser utilizado para enfatizar a construção social e histórica dos sexos, fato que, por consequência, ampliou de forma significativa as possibilidades de investigação histórica no que tange às relações entre homens e mulheres.¹⁰

A despeito da consolidação dos estudos atinentes às mulheres no decorrer dos séculos XX e XXI, uma série de limitações diretamente relacionadas a este novo empreendimento historiográfico ainda se mantém para aqueles que buscam historicizá-las, especialmente em investigações relacionadas à Antiguidade. O principal desafio é de ordem documental. Normalmente, questiona-se: como fazer a história das mulheres com fontes produzidas por homens? Como reconhecer a “verdadeira” atuação feminina no passado a partir de um olhar masculino? O número reduzido de fontes produzidas pelas próprias mulheres inviabilizaria a sua historicização?

No que tange aos Estudos Clássicos, a diminuta quantidade de fontes produzidas por mulheres influenciou decisivamente as interpretações construídas pelos historiadores, reforçando uma perspectiva que compreendia a submissão irredutível das mulheres à dominação masculina.¹¹ Presas ao lar, submetidas juridicamente aos pais, esposos e filhos, elas foram tidas como invisíveis, passivas e incapazes de serem protagonistas de suas histórias. Representativo desta percepção tradicional acerca da mulher na Antiguidade é o texto produzido, no final da década de 1960, por Moses Finley, intitulado *As mulheres silenciosas de Roma*. Neste trabalho, o autor afirma que a análise do feminino no Mundo Antigo é de difícil

⁹ A definição teórica apresentada por Scott pressupõe duas proposições básicas. Para ela, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sistematização que confere uma compreensão mais precisa às percepções de feminino e masculino em contextos históricos diversos. Além disso, a noção de gênero também remeteria a um modo primário de oferecer sentido às relações de poder, levando os pesquisadores a buscarem as formas pelas quais os significados de gênero estruturam a própria organização simbólica da vida social. Em resumo, de acordo com Scott, gênero é tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações. SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e realidade*, n. 20, 1995, p. 14.

¹⁰ No início do século XXI, os estudos de gênero se enriqueceram com uma série de aportes conceituais advindos da corrente teórica *queer*, compreendendo o gênero como elemento performativo e construído em uma sequência de atos discursivos abertos a ressignificações constantes de um sujeito-em-processo. É nesse sentido que o conceito de *performatividade de gênero*, pensado por Judith Butler, revela certo distanciamento daquelas concepções apresentadas em meados dos anos 1980 por Joan Scott. BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de História*, n. 54, v. 27, 2007, p. 292-293.

¹¹ A noção de dominação masculina é uma ferramenta de análise que tem subsidiado profundamente os estudos feministas, a partir de uma concepção desenvolvida por Pierre Bourdieu. De acordo com esse autor, as relações sexuais são socialmente instituídas por intermédio de relações de poder e de dominação simbólicas que engendram referenciais de masculinidade e feminilidade. BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: EDUFGD, 2012, p. 35.

realização devido à diminuta documentação e à própria incapacidade das mulheres de se expressarem por si mesmas. Como exemplo desse seu entendimento, Finley cita um epitáfio contido numa determinada inscrição epigráfica:¹²

[...] amigo, não tenho muito a dizer; pare e leia. Esse túmulo, que não é belo, é de uma bela mulher. Seus pais deram-lhe o nome de Cláudia. Amou seu marido de coração. Dele concebeu dois filhos, um dos quais deixou sobre a terra, e o outro abaixo dela. Agradável de se conversar, e andava com graça. Cuidava da casa e trabalhava a lã. Isto é tudo. Pode ir.¹³

Mesmo com uma documentação fragmentada, reduzida e muitas vezes lacônica, os investigadores identificados com os estudos feministas criticaram os postulados que buscavam inviabilizar a História das Mulheres. Michelle Perrot e Georges Duby,¹⁴ na introdução do primeiro volume, dedicado à Antiguidade, da *História das mulheres no Ocidente*, defendem a historicização da atuação feminina no passado, demonstrando a necessidade de um olhar renovado em relação às fontes disponíveis. Segundo eles, por um lado, faz-se necessária uma interpretação à “contra pelo” da documentação, buscando compreender a agência histórica feminina nas lacunas e nas entrelinhas do discurso masculino; por outro lado, mostra-se urgente uma diversificação da matriz documental, utilizando-se fontes ainda pouco exploradas, a exemplo de diários, cartas, memórias e arquivos particulares. Corroborando tais perspectivas metodológicas, também é digno de nota o artigo publicado por Pedro Paulo Funari,¹⁵ *As romanas por elas mesmas*, no qual o autor enumera uma série de fontes, para além dos textos literários greco-latinos, fulcrais para a historicização das mulheres em Roma: inscrições parietais, epístolas, *defixiones* e pinturas produzidas segundo uma percepção de mundo feminina.

¹² FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. In: FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, 150-151.

¹³ A visão de Finley foi corroborada posteriormente por autores como Paul Veyne e Aline Rouselle, que reproduzem em suas obras a tradicional interpretação acerca da submissão incorrigível das mulheres em Roma, baseando-se numa interpretação tradicional e pouco crítica das fontes literárias e jurídicas greco-latinas. VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-224; ROUSSELE, A. A política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 351-410.

¹⁴ DUBY, G.; PERROT, M, 1993.

¹⁵ FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

Na esteira das novas concepções historiográficas e metodológicas acerca da atuação das mulheres no Mundo Antigo, pode-se citar ainda os estudos recentes que investigam a sua participação pública e política na sociedade romana a partir de reflexões ancoradas na interpretação da cultura material. Há, por exemplo, os trabalhos que se debruçam sobre os *programmata* – isto é, inscrições parietais de propaganda política – encontrados em Pompeia, nos quais se verifica uma evidente influência política feminina nas campanhas eleitorais da cidade. Mesmo impedidas pela legislação romana de votar e serem eleitas para as diversas magistraturas cidadinas, elas apelavam às suas redes de *amicitia*,¹⁶ a fim de nortear diretamente o debate público e o resultado do sufrágio.¹⁷ Também na denominada esfera pública, pode-se observar a atuação das mulheres, principalmente na Itália e no Norte da África, entre os séculos II e III d.C., como distintas *patronae* de suas cidades natais. Como ricas matronas locais,¹⁸ elas eram responsáveis por benefícios e construções públicas, tendo seus nomes encontrados em pórticos, termas, moedas e monumentos que lembravam os seus aportes financeiros na realização de jogos e na distribuição de alimentos. Tal posição alcançada pelas *patronae* certifica a influência econômica e a independência de muitas mulheres romanas, posicionando-as como personagens de reconhecida autoridade, sendo, não raras vezes, interlocutoras privilegiadas de suas comunidades com o poder imperial.¹⁹

Em consonância com as evidências de agência feminina nas esferas pública e política em Roma, apoiadas por um uso mais perspicaz das fontes literárias e da cultura material, pretendemos, neste artigo, investigar a atuação de distintas matronas nas cidades norte-africanas de Oea, Sabrata e Lepcis Magna, *urbes* anexadas ao Império Romano em meados do século I a.C. Defendemos, aqui, que tais mulheres tiveram uma destacada participação nas estratégias

¹⁶ O termo *amicitia* designava, na sociedade romana imperial, a relação de “amizade” entre indivíduos das ordens superiores, mas nem sempre com posições sociais equivalentes. A *amicitia*, em muitas ocasiões, se encaixava numa relação protegido/patrono. SALLER, R. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, A. (Ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 61.

¹⁷ FEITOSA, L. M. C.; FAVERSANI, F. Sobre o feminino e a cidadania em Pompeia. *Pyrenae*, n. 33-34, 2003, p. 256; FEITOSA, L. M. C. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 13, 2003, p. 108-112.

¹⁸ Matrona, como observado por Thomas, é derivado de *materfamilias*, ou seja, a mulher casada e sob a *potestas* do marido. No período imperial, as matronas, sobretudo as viúvas e as desquitadas, geriam sua herança paterna e/ou marital e seu dote com relativa autonomia, possuindo considerável atuação pública em consequência de seu poder econômico. Em grande medida, as *patronae* se incluíam neste grupo específico de mulheres de elite. Na sociedade romana, contudo, para além das matronas, oriundas de famílias abastadas, é necessário também incluir as libertas, escravas, concubinas, prostitutas, dançarinas, pertencentes a estatutos sociais regidos por regras morais e legais diferentes das matronas. THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres: a Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 168; SILVA, S. C. Mulher e casamento em Roma: considerações sobre a matrona Pudentila. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 334.

¹⁹ HEMELRIJK, E. A. Patronage of cities: the hole of women. In: LIGT, L.; HEMELRIJK, E.; SINGOR, H. W. *Roman rule and civic life: local and regional perspectives*. Leiden: Brill, 2003, p. 415-427.

de ascensão social de suas famílias às ordens de elite da sociedade romana. Como demonstrado pela documentação literária e por algumas inscrições epigráficas, as ricas matronas locais atuaram como personagens fulcrais no processo de elevação de suas *gentes* ao *ordo equester* e *senatorius*,²⁰ quer por meio de alianças matrimoniais diversas, quer por intermédio do evergetismo e de relações privilegiadas com distintos membros do estamento dirigente romano,²¹ tais como imperadores e procônsules. Em suma, a agência política de mulheres como Emília Pudentila, rica matrona em Oea, retratada por Apuleio na obra *Apologia*, de Anícia Pudentila e Múcia Pudentila, em Sabrata, além de Suphunibal, em Lepcis Magna,²² deve ser compreendida como evidência de um estratagema familiar que alçou seus membros a posições de destaque na sociedade imperial.

MATRONAS NA TRIPOLITÂNIA ROMANA

Oea, Sabrata e Lepcis Magna formavam, na Antiguidade, a região conhecida como Tripolitânia. Essa tríade de cidades costeiras, que hoje corresponde ao território da atual Líbia, foi originalmente uma área de colonização púnica no século VI a.C. Representava, à época, um importante entreposto comercial cartaginês em seu intercâmbio com o Egito e o Oriente.²³ Em 46 a.C., a Tripolitânia foi oficialmente conquistada pelo Império Romano, tornando-se parte da província da *Africa Proconsularis*, com a inserção de Oea, Sabrata e Lepcis Magna na condição

²⁰ As elites da sociedade romana alto imperial eram compostas por três ordens hierárquicas distintas, definidas por um censo mínimo e em consonância com os interesses políticos do *Principis*, quem, em última instância, indicava os membros que formavam o *ordo decurionum*, *equester* e *senatorius*. *Grosso modo*, os senadores e os equestres constituíam uma aristocracia ligada ao estamento dirigente imperial, com cargos na burocracia administrativa e militar, sendo o censo mínimo, respectivamente, de 1 milhão e 400 mil sestércios. Já o *ordo decurionum* era formado pela aristocracia citadina provincial, cujos membros mais proeminentes pertenciam ou já haviam pertencido à cúria de suas cidades natais. Para essa ordem, especificamente, o censo variava de acordo com a riqueza e a importância da cidade, correspondendo, normalmente, a 100 mil sestércios. ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996, p. 174-181; SALLER, R. Status and patronage. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (Eds.). *The Cambridge ancient history: the high empire (70-192)*. Cambridge: Cambridge University, 2008, p. 817-818.

²¹ Evergetismo refere-se às obrigações que os membros das ordens mais abastadas tinham em relação às suas cidades. Esses notáveis é que organizavam os espetáculos e os banquetes coletivos, é que construía os prédios públicos, é que contribuía com recursos próprios para o abastecimento do erário citadino. Em troca, garantiam para si os benefícios e as honrarias de serem os beneméritos da cidade. VEYNE, 1989, p. 114-117.

²² No decorrer do texto, usaremos, como referência ao catálogo de inscrições epigráficas provenientes da Tripolitânia romana, a seguinte sigla: *Inscriptions of Roman Tripolitania* (IRT). INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA. Rome: British School at Rome, 1952, n. 22; 91: 2; 269.

²³ BIRLEY, A. R. *Septimus Severus: the african emperor*. London and New York: Routledge, 2002, p. 1-8.

de *civitates libertae*, isto é, cidades peregrinas que gozavam de isenção de impostos e de grande grau de autonomia, como a manutenção de suas leis, instituições e costumes locais.²⁴

O domínio romano sobre a Tripolitânia, como regra geral para a maioria das regiões do *orbis Romanorum*, se baseava em um bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. O pilar de sustentação do Império Romano era constituído mediante uma rede de alianças entre um centro acumulador de riqueza e de poder e uma aristocracia municipal periférica enriquecida, que se perpetuava em seus privilégios e *status* por meio das benesses imperiais. Roma mantinha com as diversas cidades que integravam o seu *imperium* uma relação de poder de tipo patronal, que se exprimia numa variedade de estatutos político-jurídicos.²⁵ Tal sistema fundamentava-se numa hierarquia de *status* cívicos, responsáveis por regular as relações entre o centro governante e sua periferia. *Grosso modo*, havia três níveis hierárquicos de cidades, sendo as *coloniae* as mais elevadas, já que reproduziam localmente a organização básica da capital do império: com uma cúria cidadina, dois *duumviri* e autoridades religiosas como pontífices e flâmines, além da concessão da cidadania ao conjunto da população. Abaixo, estavam os *municipia*, cujos magistrados recebiam a cidadania romana, apesar de manterem sua organização cívica original; e as cidades peregrinas, às quais eram *oppida stipendiaria*, quer dizer, arcavam com impostos devidos à Roma por direito de conquista, além de sua elite não fazer jus à cidadania.²⁶

As etapas da hierarquia urbana – de cidade peregrina à colônia – foram trilhadas por Oea, Sabrata e Lepcis Magna entre os séculos I a.C. e II d.C.²⁷ Neste percurso, verificam-se várias transformações, destacando-se as de caráter urbanístico e cultural. Nos sítios urbanos das

²⁴ Sobre as *civitates libertae* no Norte da África, afirma Estrabão (*Geographia*, XVII, 24): “Algumas cidades são livres, pois estabeleceram aliança de amizade com Roma, e outras por demonstração de consideração. Há governantes, tribunos e sacerdotes que vivem em tais cidades [...] de acordo com seus códigos legais ancestrais”. ESTRABÓN. *Geografía*: libros XV-XVII. Traducción de Juan Luis Garcia Alonso, Maria Paz de Hoz Garcia-Bellido y Sofía torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015; FRIJA, G. Administrar o território das cidades no Império romano. In: CAMPOS, A. P. et al (Org.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM Editora, 2012, p. 96-103.

²⁵ O *imperium Romanum* designava não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder. A palavra *imperium* representava a força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o mundo, de submetê-lo à sua vontade. A etimologia da palavra continha a ideia de ordenação, de preparativos feitos em vista de um fim, concebidos pelo espírito de quem comanda. GRIMAL, P. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1993, p. 9-12.

²⁶ LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: Edufes, 2014, p. 56; MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, São Luis, n. 7, 2007, p. 36-37.

²⁷ Para uma análise mais pormenorizada sobre os principais eventos relacionados à emergência das cidades da Tripolitânia na hierarquia cívica imperial, ver LIMA NETO, B. M. A construção do espaço como estratégia política: a romanização da paisagem urbana de Lepcis Magna (sécs. I a.C.-II d.C.). In: LIMA NETO, G. V.; SILVA, E. C. M.; SILVA, G. V. *Formas e imagens da cidade antiga*. Vitória: Milfontes, 2020, p. 173-200; LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia*. Curitiba: Prisma, 2016, p. 97-116.

três cidades, erigiram-se, às expensas de suas elites, marcadores arquitetônicos monumentais identificados com o poder imperial – teatro, fórum, basílica, anfiteatro, termas e templos – e que legitimaram a própria elevação das cidades aos *status* superiores nas honrarias cívicas. Concomitante a esse processo de remodelação das *urbes*, observa-se a apropriação, cada vez mais intensa, de um *modus vivendi* imperial por parte de suas aristocracias cidadinas,²⁸ com a latinização das alcunhas familiares, a disseminação do latim e de uma educação aos moldes da *paideia* greco-romana,²⁹ na maioria das vezes alcançada por indivíduos que migravam para centros de prestígio acadêmico, tais como Roma, Atenas e Cartago. Este fenômeno, ademais, não pode ser desassociado do próprio enriquecimento das elites de Oea, Sabrata e Lepcis Magna, beneficiadas economicamente com a abertura de novos mercados à produção do azeite local. Em última instância, a prosperidade financeira abria-lhes possibilidades ímpares de empreender uma estratégia política de inserção nas ordens de elite da sociedade romana, hierarquicamente representadas pelo *ordo senatorius* e *equester*, favorecidos com cargos e posições de destaque na burocracia administrativa e militar da governança imperial.³⁰

Analisando o *corpus* epigráfico encontrado na Tripolitânia, Mattingly e Duncan-Jones demonstram os elevados gastos patrocinados pelas elites cidadinas nas construções dos monumentos públicos e nas doações oferecidas aos seus concidadãos.³¹ Em Lepcis Magna, por exemplo, observa-se que a edificação do templo de Magna Mater no fórum consumiu a soma de 200.000 sestércios, a do Arco de Marco Aurélio, construído em 174, mais 120.000, 272.000 foram despendidos na ereção de um santuário ao deus Apolo, assim como cerca de 1 milhão de sestércios foram gastos com a doação de 16 estátuas de deuses e imperadores à cidade. A fortuna das aristocracias de Oea, Sabrata e Lepcis Magna as habilitava, por conseguinte, a requerer sua

²⁸ Utilizamos o termo *modus vivendi* imperial em consonância como a perspectiva delineada por Janet Huskinson, que observa a existência, entre os séculos I a.C. e II d.C., de um *common ground* de elementos culturais compartilhados pelas diversas elites que compunha o Império Romano, como o domínio do latim e/ou do grego, a educação nos moldes da *paideia* greco-romana, a posse da cidadania romana, a participação nos cargos e ritos públicos, o gozo das benesses urbanas nos teatros, anfiteatros e termas. Tais elementos, que comporiam uma espécie de cultura imperial, em sentido *lato*, eram diversamente experimentados, assimilados e apropriados nas diferentes regiões do Império. HUSKINSON, J. Elite culture and the identity of empire. In: _____. (Org.) *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000a, p. 95-124.

²⁹ *Paideia* significava o conjunto de conhecimentos literários, filosóficos e mitológicos fundamentais na formação do cidadão romano, constituindo-se na “formação educacional fundada nos princípios da cultura clássica que tinha por finalidade incutir no homem o autocontrole, o *decorum* e o gosto pelo belo”. SILVA, G. V. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a *christon paideia*. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 32, n. 1, 2010, p. 8.

³⁰ SALLER, 2008, p. 817-818; MATTINGLY, D. *Tripolitania*. Michigan: University of Michigan Press, 1994, p. 138-144.

³¹ MATTINGLY, 1994, p. 120; DUNCAN-JONES, R. P. City population in roman Africa. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 53, p. 85-90, 1963.

ascensão às ordens de elite romanas, fenômeno verificado principalmente após a emergência das cidades à categoria de colônia. Em vista dos gastos despendidos pelas mais distintas *gentes* na Tripolitânia, o senso equestre e o senatorial, respectivamente de 400.000 e 1 milhão de sestércios, não deveriam ser empecilhos. Contudo, o Imperador era o único apto a admitir novos membros às ordens superiores, daí a imprescindível necessidade dos que almejavam algum tipo de mobilidade social uma aproximação com personagens importantes da sociedade romana e com acesso privilegiado à corte, tais como cônsules, procônsules e legados imperiais.³²

O imperativo de estabelecer alianças com indivíduos bem relacionados com o centro do poder imprimiu nas elites provinciais da Tripolitânia diferentes estratégias políticas de ascensão social. Dentre tais expedientes, as alianças matrimoniais foram, sem dúvida, um dos mais utilizados, ampliando para fora de suas cidades natais as redes de parentesco e de *amicitia*. Neste caso particular é que se pode compreender a atuação da rica viúva Emília Pudentila de Oea, no episódio de seu casamento com o distinto escritor e orador Apuleio de Madaura,³³ indivíduo que, por meio de seus contatos íntimos com o procônsul da África, poderia alçar o primogênito de Emília Pudentila, Sicínio Ponciano, a posições de destaque na sociedade imperial.

Como um todo, os interesses envolvidos no matrimônio de Emília Pudentila com Apuleio são variados e complexos, atendendo a objetivos diversos. Para Apuleio, a razão do casamento talvez seja mais evidente. Ele chegou a Oea acompanhado por um único escravo e,³⁴ segundo suas próprias palavras, “não havia vacilado em gastar toda sua herança” – estimada em cerca de 1 milhão de sestércios – em liberalidades e em estudos prolongados.³⁵ Em suma, Apuleio se encontrava em grande dificuldade financeira à época e o matrimônio com uma rica

³² ALFÖLDY, 1996, p. 152-153; ÁLVAREZ MELERO, A. De la curia municipal a los estamentos superiores: el papel de la mujer en los procesos de promoción social. In: MELCHOR GIL, E.; PÉREZ ZURITA, A. D.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Orgs.). *Senadores municipales y decuriones en el occidente romano*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2013, p. 415.

³³ “Apuleio foi um autor norte-africano que viveu entre os anos de 120 e 180, tendo obtido grande notoriedade como filósofo, orador e escritor de diversos gêneros literários. Entre os anos de 157 a 159, ele viu-se envolvido num imbróglio em Oea. [...] Nessa cidade, sua honra de filósofo e de autor de grande erudição foi posta em dúvida, sendo difamado publicamente como mago e embusteiro por parte da elite citadina local”. LIMA NETO, 2016, p. 19.

³⁴ Apuleio, *Apologia*, 23, 4. APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.

³⁵ Apuleio, *Apologia*, 23, 4.

viúva poderia amenizar sua situação, possibilitando-lhe arcar com os custos de seus estudos, de suas viagens e de futuros cargos públicos.³⁶

Mesmo que Apuleio buscasse minimizar os ganhos econômicos decorrentes de seu casamento com Emília Pudentila, eles eram evidentes. Primeiramente, Apuleio recebeu um dote de 300 mil sestércios,³⁷ quantia não desprezível à época, visto que ultrapassava em muito o censo mínimo necessário – aproximadamente 100 mil – para o ingresso na ordem dos decuriões de Cartago, capital da África Proconsular e principal cidade norte-africana.³⁸ Somam-se a isso a compra de uma *villa* no valor de 60 mil sestércios e a inclusão no testamento de Emília Pudentila de uma cláusula que previa um legado suficiente “para cobrir as aparências” e custear dignamente as necessidades futuras de Apuleio, caso sua esposa viesse a falecer.³⁹

Fica evidente, segundo os dados contidos em *Apologia*, o quanto Apuleio era economicamente dependente de sua esposa, o que talvez explique o interesse de Emília Pudentila em tê-lo como marido. Ela era uma matrona com total liberdade testamentária e de administração de seus bens, sem qualquer submissão à *potestas* de um marido, filho ou pai,⁴⁰ sendo, por isso, denominada por Apuleio de *mulier libera*.⁴¹

O que se observa em *Apologia* é que Emília Pudentila foi casada com Sicínio Amico no regime de matrimônio *sine manus*,⁴² o mais comum no período imperial.⁴³ Nesse sistema, as mulheres permaneciam sob a *potestas* do pai, mesmo já casadas, e, em caso de divórcio ou de se tornarem viúvas, eram devolvidas à guarda do *paterfamilias* de suas famílias de origem, fosse ele o pai ou, na falta desse, um parente de ascendência masculina – tio, filho, primo ou irmão.⁴⁴

³⁶ Em *Florida*, Apuleio informa que ocupou o cargo de sacerdote na cidade de Cartago, magistratura que requeria a posse de uma considerável fortuna, haja vista os custos decorrentes de seu exercício. Apuleio, *Florida*, XVI, 38.

³⁷ Apul., *Apol.*, 92, 1.

³⁸ ALFÖLDY, 1996, p. 175.

³⁹ Apul., *Apol.*, 101, 5; 100, 2.

⁴⁰ Emília Pudentila, mesmo sendo considerada uma mulher emancipada (*mulier libera*), possuía um tutor, Cassio Longino (*tutor mulieris*), para questões de venda e compra de bens imóveis. Pela quase completa irrelevância do tutor de Emília Pudentila na trama narrada em *Apologia*, acredita-se que ele fosse uma figura de pouca importância nas questões relacionadas à administração dos bens da viúva. Apul., *Apol.*, 101, 7.

⁴¹ Apul., *Apol.*, 73, 8-9; 99, 3-5; 27, 7.

⁴² Diferentemente do casamento *sine manus*, os matrimônios *cum manus* eram aqueles em que as mulheres passavam para a *potestas* do marido e da família deste último (THOMAS, 1993, p. 167-168).

⁴³ Pode-se inferir com razoável certeza que Emília Pudentila havia se casado no sistema *sine manus* com Amico, haja vista o fato de Sicínio Emiliano, patriarca dos *Sicíni*, não possuir qualquer ingerência sobre o patrimônio ou as decisões matrimoniais tomadas por Emília Pudentila. Se o casamento entre ela e Amico tivesse sido celebrado *cum manus*, a mesma estaria sob a *potestas* de seu cunhado.

⁴⁴ *Paterfamilias* era um termo legal para designar o chefe, patriarca, de uma determinada família, aquele sob cuja *potestas* estavam todos os demais: mulher, filhas, filhos, escravos e parentes próximos (GARDNER, 1996, p. 5-6).

Do governo de Cláudio (41-54) em diante, no entanto,⁴⁵ as mulheres cujos pais já haviam morrido não mais passariam para a tutela de seus parentes agnados mais próximos, tornando-se livres para administrar a sua herança por si próprias.⁴⁶ Casada no sistema *sine manus*, Emília Pudentila, cujo pai já deveria estar morto à época e não é citado em *Apologia*, poderia, ao ser viúva, administrar livremente seu patrimônio e casar-se com um homem de sua preferência, sem qualquer impedimento legal.

Tal condição permite compreender o motivo da recusa de Emília Pudentila em casar-se com seu cunhado Sicínio Claro, já que desejava sair da guarda da família de seu ex-marido e exercer plenamente seu estatuto de *mulier libera*. Daí também o interesse manifesto por ela de contrair matrimônio com Apuleio, um dependente financeiro que não poderia intervir em suas deliberações acerca da administração de seus bens, estimados em 4 milhões de sestércios.⁴⁷ Casando-se com Apuleio segundo o regime *sine manus*, ela garantiria a ingerência sobre sua própria vida e riqueza, além de afastar qualquer possibilidade de intromissão dos *Sicinii*. Apuleio, portanto, era o marido ideal para os planos de emancipação de Emília Pudentila.⁴⁸

Mas os interesses de Emília Pudentila eram mais amplos do que somente a manutenção de seu *status* de *mulier libera*. O que se depreende de seu casamento com Apuleio é que ele também esteve relacionado às estratégias de ascensão social de sua família. Mesmo com poucos recursos, Apuleio era um homem de excelentes contatos, vivera em Atenas, Roma, Cartago, possuindo relações próximas com grandes personagens da sociedade imperial; isto é, ele adquirira um capital social não desprezível, composto de prestígio e relações privilegiadas.⁴⁹ Tal fato é corroborado por um breve excerto de *Apologia*,⁵⁰ no qual Apuleio apresenta uma carta do proncônsul da África, Loliano Avito, como prova incontestada de sua dignidade e honra:

⁴⁵ Sobre as leis decretadas no governo do Imperador Cláudio e que versavam sobre o estatuto das mulheres, ver Gaio, *Instituta*, 1, 157; 1, 171. GAIUS. *Instituta*. Translated and commentary by Edward Poste. London: Loeb Classical Library, 1904.

⁴⁶ THOMAS, 1993, p. 184-185.

⁴⁷ Apul., *Apol.*, 71, 7.

⁴⁸ FANTHAM, E. Aemilia Pudentilla, or the wealthy window's Choice. In: HAWLEY, R.; LEVICK, B. (Eds.) *Women in antiquity: new assessments*. London: Routledge, 1995, p. 126-130.

⁴⁹ A *schola* dos mais renomados filósofos da época imperial representava um local de interlocução e de contato dos estudantes com as mais prestigiosas personagens da sociedade romana do período, constituindo esse um dos motivos de o aprendizado da filosofia ser um elemento fundamental para uma futura carreira pública bem-sucedida. Como Apuleio estudara filosofia em Atenas e fora, provavelmente, pupilo de um conceituado filósofo – Tauro ou Sexto de Queroneia teriam sido os mestres de Apuleio –, tal fato aumentaria consideravelmente a possibilidade de o autor madaurensis aproximar-se e estender a sua rede de contatos com personagens de destaque na sociedade romana imperial. Apul., *Flor.*, XVIII, 15; DILLON, J. *The middle platonists*. London: Duckworth, 1977, p. 338; HAHN, J. Philosophy as socio-political upbringing. In: PEACHIN, M. (Ed.). *The Oxford handbook of social relations in the roman world*. Oxford: Oxford University, 2011, p. 125-126.

⁵⁰ Apul., *Apol.*, 95, 1.

“eu não poderia apresentar-vos um apologista mais idôneo, um testemunho mais insubornável de minha vida, um advogado, por fim, mais eloquente”. A isso, pode ser também acrescentada a própria projeção alcançada por Apuleio em Cartago, alguns anos após sua estadia em Oea. Por intermédio de *Florida*,⁵¹ observa-se que o autor madaurense trilhou uma bem-sucedida carreira de orador, ocupando cargos públicos importantes, como o de sacerdote municipal, e obtendo o prestígio de ter na cidade duas estátuas erigidas em sua homenagem.⁵²

Por meio dos contatos pessoais de Apuleio, Ponciano, filho mais velho de Emília Pudentila, poderia ampliar suas redes de amizade para além da periférica Oea.⁵³ Ele fora educado nos moldes da *paideia*, em centros como Atenas e Roma, e poderia, com o auxílio de Apuleio, dar vazão às suas estratégias cosmopolitas de mobilidade social. Não à toa, Apuleio o havia recomendado ao procônsul da África, Loliano Avito, inferindo-se disso que a contrapartida legada a Ponciano pelo casamento de sua mãe com o autor madaurense foi a associação de seu nome e de sua família ao de Apuleio. A *commendatio* oferecida por Apuleio a Ponciano colocaria o primogênito de Emília Pudentila sob a proteção – enquanto *amicus* – de Loliano Avito, podendo resultar na concessão de futuros benefícios, tais como cargos proeminentes no exército ou na burocracia estatal. A *amicitia* entre Ponciano e o procônsul da África possivelmente se encaixaria numa relação protegido/patrono, assim como definido por Saller: “um homem sob os cuidados e a proteção de uma pessoa influente (um patrocinador, instrutor ou patrono), que promoveria a sua carreira”, isto é, sua ascensão social.⁵⁴

Ao escolher Apuleio como esposo, Emília Pudentila optou por estabelecer alianças político-matrimoniais com um estrangeiro há pouco residente em Oea e com um considerável capital social, que lhe permitiria ampliar as redes de relacionamento de sua família. Rejeitando os pretendentes locais, principalmente seu ex-cunhado, Sicínio Claro, Emília Pudentila demonstrava que seus horizontes políticos eram cosmopolitas e iam além da periférica Oea. Em

⁵¹ Apul., *Flor.*, XVI, 38; XVI, 46.

⁵² “Em Roma não se tornava sacerdote quem o desejasse: o sacerdócio não era uma questão de vocação [...], mas um *status* social. Como os atos religiosos eram celebrados em nome de uma comunidade, e não em nome de indivíduos, só aqueles que estavam destinados, pelo seu nascimento ou pelo seu estatuto [...] exerciam as funções sacerdotais”. SCHEID, J. O sacerdote. In: GIARDINA, A. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 53.

⁵³ A partir do século I se tornou cada vez mais comum a entrada das elites provinciais nas ordens equestre e senatorial. Entre os africanos, o melhor exemplo pode nos ser dado pela projeção da família dos *Severii*, proveniente da cidade de Lepcis Magna, haja vista que no final do século II um dos seus membros era coroado Imperador: Septímio Severo (193-211). Para um estudo pormenorizado acerca do processo de mobilidade social dos *Severii* de Lepcis Magna e sua relação com a ascensão de Septímio Severo. BIRLEY, 2002; LIMA NETO, 2020.

⁵⁴ SALLER, 1989, p. 61.

grande medida, ela foi a principal responsável pela implementação dos planos de ascensão social de sua *gens*, os *Aemilii*, costurando um matrimônio que renderia ao seu filho possibilidades alvissareiras junto ao procônsul Loliano Avito, personagem amplamente cortejada na Tripolitânia, como comprovam duas inscrições encontradas no teatro citadino de Lepcis Magna.⁵⁵ Explorando os dados epigráficos referentes a Oea, é possível identificar os *Aemilii* como os responsáveis pela dedicação de templos, estátuas e benesses públicas em homenagem às personagens mais importantes do Império, expediente imprescindível no intuito de reforçar laços de amizade e de garantir futuras recomendações a cargos prestigiosos na burocracia imperial.⁵⁶ Verifica-se, por exemplo, numa inscrição localizada no pedestal de uma estátua, erigida em meados do século II, que “Lúcio Emiliano Celsiano legou, em seu testamento, 10 estátuas à cidade” – provavelmente em honra de personagens ilustres, tais como imperadores e procônsules.⁵⁷

Há também uma inscrição que comemora a construção do templo ao culto do gênio colonial de Oea, erigido em 185 d.C. por Lúcio Emiliano, personagem pertencente à *gens Aemilii* que ostentava o posto de procônsul e o *status* senatorial. Tal fato reforçaria a inferência acerca das estratégias cosmopolitas dos *Aemilii*, haja vista a ascensão de um membro da família – cerca de 26 anos após o casamento de Apuleio com Emília Pudentila – aos escalões superiores da sociedade imperial.⁵⁸ Os fragmentos do texto epigráfico nos oferecem a seguinte informação:⁵⁹

Ao imperador Cesar Marco Aurélio Cômodo Antônio Augusto Pio, pai da pátria; Lúcio Emiliano, filho de Lúcio, da tribo romana Quirina, cônsul, procônsul da Ásia, para o Gênio da colônia [...]; também legou um milhão de sestércios para os cidadãos e jogos [...].⁶⁰

⁵⁵ *I.R.T.*, 533; 534.

⁵⁶ *I.R.T.*, 230; 240; 241.

⁵⁷ *I.R.T.*, 240.

⁵⁸ Pode-se citar também o exemplo de *Aemilius Frontianus*, membro da família dos *Aemilii* proveniente da cidade de Oea, que ascendeu à ordem senatorial e é citado, entre os anos de 180-184, como um dos *sacerdotes domus Augustae Palatinae*, isto é, uma magistratura relacionada à execução do culto imperial durante o governo de Cômodo (180-192). SALCEDO DE PRADO, 2012, p. 375-380; *C.I.L.*, VI, 2010. *CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM*: vol. VIII/ vol. VI. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881.

⁵⁹ *I.R.T.*, 230.

⁶⁰ A epigrafia da cidade de Oea nos proporciona traçar uma limitada árvore genealógica da família dos *Aemilii*. Pode-se observar que *Lucius Aemilius Parocus* foi casado com *Aemilia Calliope*, sendo estes provavelmente os pais de *Lucius Aemilius* e *Sulla Aemilius*. Há também *Lucius Aemilius Celsianus* e *Publius Servilius Pudens*, possivelmente com alguma relação de parentesco com os irmãos *Lucius* e *Sulla*, talvez primos ou mesmo tios deles. Infere-se que esses indivíduos, a despeito de não serem citados nas narrativas de *Apologia*, fossem, em algum grau, aparentados com *Aemilia Pudentila*. *I.R.T.*, 230; 240; 241.

Expediente similar ao implementado pelos *Aemilii* de Oea foi também posto em prática por famílias de outras cidades da Tripolitânia, e novamente tendo como personagens de destaque matronas ricas e influentes, demonstrando que o episódio envolvendo Emília Pudentila não era uma exceção. Algumas mulheres da aristocracia local possuíam um eminente papel nas estratégias de ascensão social de suas *gentes*, como evidencia o exemplo de Suphunibal, em Lepcis Magna. Segundo se depreende de uma inscrição epigráfica localizada na parte superior da cávea do teatro da cidade, ela custeou a construção de parte do edifício e o dedicou a Caio Rubélio Blandus, ex-cônsul, procônsul e pontífice imperial.⁶¹ A dedicatória elaborada por Suphunibal, no ano de 35 d.C., demonstra que a iniciativa de se aproximar de importantes personagens foi uma estratégia levada a cabo desde muito cedo pelas famílias de Lepcis Magna, contando, para tanto, com a agência política de ricas matronas. A relevância pública de Suphunibal na cidade é corroborada, além disso, por sua denominação como *ornatrix patriae*, provavelmente um epíteto local associado à sua posição como benfeitora cidadina.

Em Sabrata, dois outros casos de matronas influentes na esfera pública e política podem ser destacados: Anícia Pudentila e Múcia Pudentila. No tocante à Anícia Pudentila, foram encontradas duas inscrições erigidas em sua homenagem, ambas datadas para o ano de 170 d.C.⁶² Em uma delas, Anícia Pudentila, após sua morte, é apresentada em uma tábua de mármore como a benfeitora de duas estátuas dedicadas ao Imperador Marco Aurélio, construídas às suas expensas e de sua mãe e herdeira, Manlia Mancrina, ao custo de 38.000 sestércios.⁶³ Para além de publicizar as relações privilegiadas da matrona e sua família com a corte imperial, expediente importante para fins de ascensão social, as estátuas estavam estrategicamente localizadas: em pleno fórum citadino, em frente ao capitólio, fato que indica a relevância concedida ao monumento e a autoridade das mulheres que o mandaram construir. Em grande medida, o fórum era a mais importante edificação pública de uma cidade, em torno do qual a cúria, a basílica e os templos se distribuía, constituindo, por conta disso, um local de encontro e de sociabilidade, onde os cidadãos geralmente tratavam de negócios e teciam suas alianças políticas e matrimoniais.⁶⁴

⁶¹ *I.R.T.*, 269.

⁶² *I.R.T.*, 22; 91.

⁶³ *I.R.T.*, 22.

⁶⁴ GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003, p. 51.

Em outra inscrição, a dedicatória em honra de Anícia Pudentila é elaborada nos seguintes termos: “Em homenagem a Anícia Pudentila; Manlia Macrina, sua mãe e herdeira, sob as instruções [de] [...] *clarissimi viri*, [mandou construir] por conta de seus méritos nos assuntos da cidade”.⁶⁵ Como pode ser observado, o monumento é erigido às expensas de sua mãe e herdeira e com o auxílio de um parente masculino, denominado *clarissimi viri*, quer dizer, alcunha geralmente utilizada para indicar o pertencimento ao *ordo senatorius*. A epígrafe compunha uma base de mármore destinada a sustentar a estátua de Anícia Pudentila, em agradecimento por sua ação benemerita em Sabrata. As estátuas na Antiguidade possuíam uma evidente função social, servindo como meio de celebração mnemônica dos mais eminentes indivíduos da comunidade, resgatando do esquecimento aqueles cuja lembrança, em alguma medida, deveria ser mantida e enaltecida publicamente.⁶⁶ Vê-se, portanto, que Anícia Pudentila se caracterizava como uma matrona de influência política e com considerável prestígio entre seus concidadãos, sendo peça fundamental, com grande probabilidade, na própria estratégia de emergência de sua família às ordens superiores da sociedade imperial, fato que pode ser observado na dedicatória de estátuas a Marco Aurélio em pleno fórum de Sabrata.

Em relação à Múcia Pudentila, outra matrona retratada pela cultura material em Sabrata, observa-se a existência de uma base de mármore, encontrada no porto citadino e encimada por estátuas dedicadas a Imperadores, com datação provável entre 177 a 180 d.C. Na base lê-se: “À *domina Caelestis*, pelo bem-estar dos Imperadores Marco Aurélio [...] e [...] Cômodo; Lúcio Emiliano Calpurniano Muse e sua esposa, Múcia Pudentila, deram e dedicaram (isto) por conta das honras pagas a Lúcio Emiliano Múciano e Quinto Emiliano Augurino [...] seus filhos”.⁶⁷ Ao analisar a inscrição, pode-se, à primeira vista, compreender Múcia Pudentila com algum grau de autonomia frente ao seu marido, visto que ela aparece ao lado dele na dedicatória. Caso sua presença pública fosse dispensável, não haveria por que arrolá-la. Ademais, a inscrição inicia-se em honra à *domina Caelestis*, o que reforça a importância de seu caráter feminino. A par da ereção de duas estátuas aos Imperadores, expediente amplamente utilizado pelas elites locais, verifica-se que a construção do monumento se origina por conta de honras concedidas

⁶⁵ I.R.T., 91.

⁶⁶ STEWART, P. *Statues in roman society*. London: Oxford University Press, 2003, p. 8.

⁶⁷ I.R.T., 2.

aos filhos da matrona, provavelmente uma retribuição pela emergência de ambos ao *ordo senatorius*. Aqui, como no caso de Emília Pudentila de Oea, a participação de Múcia deve ter sido fulcral no processo de ascensão social de sua família, fato que nos impele a associá-las e, quiçá, conjecturar uma consanguinidade entre elas, possibilidade que é reforçada pela pouca distância que separava suas cidades natais e pela ocorrência de denominações homônimas de seus nomes e parentes: as duas são Pudentilas e pertencem à *gens Aemilii*.⁶⁸ Seja como for, o que se evidencia nos casos dos *Aemilii* de Oea e de Sabrata é que membros de ambas as famílias, na segunda metade do século II d.C., ascendem ao *ordo senatorial* com o auxílio e patrocínio feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente das inúmeras limitações jurídicas impostas às mulheres em Roma – privadas da participação política nas magistraturas e nos demais cargos públicos, impedidas de possuírem prenomes e à mercê da *patria potestas* de seus parentes agnados masculinos –, elas atuavam cotidianamente nas brechas deixadas pelo poder, manipulando a ordem em prol de seus interesses, fazendo uso, não raras vezes, de táticas diversas para minimizar sua posição feminina numa sociedade que as percebiam como inferiores. Afastando-se de uma perspectiva convencional que concebia as romanas como silenciosas, submissas e passivas, a historiografia atualmente as observa como atrizes privilegiadas de seus destinos, rompendo, igualmente, com o estereótipo que as identifica como “vítimas ou rebeldes” de uma dominação masculina inelutável e absoluta.⁶⁹

A partir de um olhar renovado sobre as fontes literárias – lidas, como recomendam Perrot e Duby,⁷⁰ à “contra pelo” – e fazendo uso mais sistemático da cultura material, os historiadores, nas últimas décadas, reabilitaram personagens antes invisíveis, trazendo à luz sua

⁶⁸ Na onomástica romana, o nome de um indivíduo era composto por seu prenome (primeiro nome), secundado pela alcunha gentílica (do clã no sentido mais amplo) e finalizado pelo da família (núcleo familiar mais restrito), sendo, no caso das mulheres, inexistente o prenome. SMITH, C. J. *The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 15-18.

⁶⁹ Fazendo eco das palavras de Chartier, pode-se pensar que “nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência [...] quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência”. CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995, p. 42.

⁷⁰ PERROT; DUBY, 1993.

relevante atuação política, seja como *patronae* de suas cidades natais e como fomentadoras de *programmata*, seja como patrocinadoras da projeção social de suas *gentes*. É por intermédio de tais perspectivas que podemos compreender a agência histórica de Emília Pudentila, Anícia Pudentila, Múcia Pudentila e Suphunibal, aristocratas norte-africanas lembradas pela documentação como ricas matronas com considerável liberdade de atuação pública e política, protagonistas de suas histórias e da própria emergência de seus familiares masculinos às ordens de elite na sociedade romana imperial.

REFERÊNCIAS

Documentação literária impressa

APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.

ESTRABÓN. *Geografía*: libros XV-XVII. Traducción de Juan Luis Garcia Alonso, Maria Paz de Hoz Garcia-Bellido y Sofía torallas Tovar. Madrd: Gredos, 2015.

GAIUS. *Instituta*. Translated and comentary by Edward Poste. London: Loeb Classical Library, 1904.

Documentação arqueológica

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM: vol. VIII/ vol. VI. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881.

INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA. Rome: British School at Rome, 1952.

Obras de apoio

ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996.

ÁLVAREZ MELERO, A. De la curia municipal a los estamentos superiores: el papeal de la mujer en los processos de promoción social. In: MELCHOR GIL, E.; PÉREZ ZURITA, A. D.; RODRÍGUEZ NEILA, J. F. (Orgs.). *Senadores municipales y decuriones en el occidente romano*. Cordoba: Universidad de Cordoba, 2013, p. 413-436.

BARROS, J. D. A. *Teoria da história: a Escola dos Annales e a Nova História*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIRLEY, A. R. *Septimus Severus: the african emperor*. London and New York: Routledge, 2002.

- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BURKE, P. *O que é História cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.
- DILLON, J. *The middle platonists*. London: Duckworth, 1977.
- DUBY, G.; PERROT, M. Escrever a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Lisboa: Afrontamento, 1993, p. 7-18.
- DUNCAN-JONES, R. P. City population in roman Africa. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 53, p. 85-90, 1963.
- FANTHAM, E. Aemilia Pudentilla, or the wealthy window's Choice. In: HAWLEY, R.; LEVICK, B. (Eds.) *Women in antiquity: new assessments*. London: Routledge, 1995, p. 220-232.
- FEITOSA, L. C. Masculino e feminino na sociedade romana: os desafios de uma análise de gênero. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 203-218.
- FEITOSA, L. M. C. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 13, p. 101-115, 2003.
- FEITOSA, L. M. C.; FAVERSANI, F. Sobre o feminino e a cidadania em Pompeia. *Pyrenae*, n. 33-34, p. 253-259, 2003.
- FINLEY, M. I. As silenciosas mulheres de Roma. In: FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 149-164.
- FRIJA, G. Administrar o território das cidades no Império romano. In: CAMPOS, A. P. et al (Org.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM Editora, 2012, p. 91-104.
- FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 179-200, 1995.
- GARDNER, J. F. *Women in roman law and society*. London: Routledge, 1986.
- GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.

GRIMAL, P. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

HAHN, J. Philosophy as socio-political upbringing. In: PEACHIN, M. (Ed.). *The Oxford handbook of social relations in the roman world*. Oxford: Oxford University, 2011, p. 119-143.

HEMELRIJK, E. A. Patronage of cities: the role of women. In: LIGHT, L.; HEMELRIJK, E.; SINGOR, H. W. *Roman rule and civic life: local and regional perspectives*. Leiden: Brill, 2003, p. 415-427.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Aemilia Pudentila: matrimonio, género y poder económico de una aristocrata africana. In: PAVON TORREJON, P. *Marginación y mujer en el imperio romano*. Roma: Edizioni Quasar, 2018, p. 293-314.

HUSKINSON, J. Elite culture and the identity of empire. In: _____. (Org.) *Experiencing Rome: culture, identity and power in the roman empire*. New York: Routledge, 2000, p. 95-124.

LIMA NETO, B. M. A construção do espaço como estratégia política: a romanização da paisagem urbana de Lepcis Magna (sécs. I a.C.-II d.C.). In: LIMA NETO, G. V.; SILVA, E. C. M.; SILVA, G. V. *Formas e imagens da cidade antiga*. Vitória: Milfontes, 2020, p. 173-200.

LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: Edufes, 2014.

LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia*. Curitiba: Prisma, 2016.

MATTINGLY, D. *Tripolitania*. Michigan: University of Michigan Press, 1994.

MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, São Luis, n. 7, p. 25-48, 2007.

PERROT, M. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, C. B. Estudos de gênero e História Social. *Estudos feministas*, n. 17, p. 159-189, 2009.

ROUSSELE, A. A política dos corpos: entre a procriação e continência em Roma. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres: Antiguidade*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 351-410.

SALCEDO DE PRADO, I. La participación de los senadores de origen africano en los sacerdocios públicos de Roma. *Historia antigua*, Córdoba, v. 25, p. 355-384, 2012a.

SALLER, R. Patronage and friendship in early imperial Rome: drawing the distinction. In: WALLACE-HADRILL, A. (Ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 49-62.

SALLER, R. Status and patronage. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; RATHBONE, D. (Eds.). *The Cambridge ancient history: the high empire (70-192)*. Cambridge: Cambridge University, 2008, p. 817-854.

SCHEID, J. O sacerdote. In: GIARDINA, A. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 51-72.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, n. 20, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 65-98.

SILVA, G. V. A formação dos cidadãos do céu: João Crisóstomo e a christon paideia. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 32, n. 1, p. 7-17, 2010.

SILVA, S. C. Mulher e casamento em Roma: considerações sobre a matrona Pudentila. In: CANDIDO, M. R. *Mulheres na Antiguidade*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012, p. 332-345.

SMITH, C. J. *The roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. New York: Cambridge University Press, 2006.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. *Revista brasileira de História*, n. 54, v. 27, p. 281-300, 2007.

STEWART, P. *Statues in roman society*. London: Oxford University Press, 2003.

TEDESCHI, L. A. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados: EDUFGD, 2012.

THOMAS, Y. A divisão dos sexos no direito romano. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres: a Antiguidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 127-202.

VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÉS, P.; DUBY, G. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19-224.

Recebido em: 11/04/2022 – Aprovado em: 23/05/2022